

A revista da administração pública

# Gestor



COMUNIDADE DE ASSOCIADOS  
VENDEDOR PROIBIDA

ANO 4 • Nº 26 • 2013

Informação  
para  
**todos**



**Em um ano, a Lei de Acesso à Informação  
estimula o desenvolvimento de gestões  
públicas mais transparentes, embora a  
situação ainda seja precária**

**pág. 52**



## **IMPROBIDADE**

Controvérsia sobre tipos abertos da lei  
ainda divide agentes públicos, Justiça e MP

## **GESTÃO PÚBLICA**

O inchaço da máquina pública não  
é garantida de eficiência nos serviços

## **TRANSPORTE**

Copa de 2014 muda o panorama  
da mobilidade nas cidades-sede

# O fim da obscuridade

**Durante evento** de balanço do primeiro aniversário da LAI, especialistas celebram novo momento do País no que diz respeito a práticas de transparência na área pública

**T**Em vigor há mais de um ano, a Lei de Acesso à Informação (LAI) abriu caminho para mudanças históricas no que diz respeito a práticas de transparência nos Três Poderes da esfera pública. Essa foi a avaliação geral feita pelo ministro Jorge Hage, chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), durante palestra de abertura do evento de balanço sobre a lei, celebrado em Brasília. Realizado exatamente um ano após sua instauração (16 de maio), o encontro discutiu resultados e desafios da LAI por meio da realização de palestras e debates com diferentes representantes do governo e da sociedade civil. "O Brasil tem 500 anos de tradição de obscuridade, de caixas-pretas, de opacidade. Não possuímos um histórico de transparência, a não ser de dez anos para cá", afirmou Hage para uma plateia de mais de 500 pessoas, entre representantes de órgãos do Executivo, da sociedade e jornalistas. Entre as ações do governo rumo a uma gestão mais transparente, Hage citou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em funcionamento desde 2000, que determina que todas as renúncias fiscais devem ser especificadas no Orçamento, assim como o





Ministro Jorge Hage, chefe da CGU, realiza a palestra de abertura do evento

Portal da Transparência do Governo Federal, criado em 2004 pela CGU e que contém dados sobre o uso de recursos públicos.

Hage assegurou que cerca de 95% dos pedidos feitos aos órgãos do governo federal no último ano foram respondidos, com percentual de recursos de 7%. Conforme ele, desde que a LAI passou a vigorar, em 16 de maio de 2012, até o dia 8 de maio de 2013, o governo recebeu 87.119 solicitações de informação, das quais 83.483 (95,8%) já foram respondidas. Dentre elas, 66.185 (79,2%) foram plenamente atendidas; 8.205 (9,8%) foram negadas; e 5.764 (6,9%) não puderam ser atendidas. O tempo médio para o acesso à informação solicitada foi de 11,3 dias. Os órgãos mais demandados foram a Superintendência de Seguros Privados (8.477), o Instituto

Nacional de Seguro Social (7.407) e a Petrobras (5.322). Empregados do setor privado (7.169), servidores públicos federais (4.881) e estudantes (4.158) foram os cidadãos que mais pediram informações.

O ministro opinou, ainda, que o grande desafio da nova legislação é fazer com que as esferas estadual e municipal acompanhem os mesmos resultados obtidos pelo governo federal – algo que não será fácil, já que obriga a mudar uma cultura de tratamento dos documentos públicos que existe há muitos anos. No tocante ao Poder Federal, o ministro destacou que é preciso melhorar a gestão dos documentos, de forma a agilizar a identificação e a recuperação do dado solicitado.

Por outro lado, ele também afirmou que a resistência dos servidores em relação à divulgação dos dados

foi menor que o esperado. De acordo com Hage, um levantamento feito pela CGU à época da entrada da lei mostrou que havia “grande vontade” dos funcionários públicos de trabalhar pela divulgação das informações. No entanto, o estudo constatou que eles também tinham receio, principalmente quanto ao mau uso dos dados e à abertura de informações sigilosas.

Hage lembrou que, a partir de junho, órgãos e entidades do Poder Executivo deverão publicar relatórios estatísticos sobre a Lei de Acesso à Informação em seus sites. E, para orientar o cumprimento dessa exigência, será lançado um guia que trará a forma e a disposição que os dados precisam seguir.

Além de Hage, Fernando Rodrigues, jornalista do Grupo Folha/UOL; Caio Magri, secretário-executivo do

Instituto Ethos; e Daniela Bezerra, representante da organização Transparência Hacker, participaram do evento. Incumbido de falar sobre os impactos da LAI no jornalismo brasileiro, Rodrigues destacou que a imprensa ainda enfrenta problemas para levantar informações públicas relacionadas aos âmbitos municipal e estadual. O jornalista identificou que as estruturas técnicas e operacionais dos Estados e prefeituras dedicadas a receber os pedidos dos cidadãos são deficientes. Além disso, avaliou que não há canais para que as pessoas possam recorrer no caso de respostas negativas ou atendimento inadequado. Na sua visão, melhorias nesses aspectos são fundamentais para que cidadãos comuns ampliem o uso da LAI.

Magri, por sua vez, comentou que, apesar dos avanços importantes no combate da corrupção no País, alguns órgãos ainda descumprem os prazos determinados pela lei. Isso ocorre, disse ele, pois são dados graus de importância diferentes conforme o perfil do solicitante das informações. Ainda de acordo com ele, como muitas pessoas se sentem inibidas de pedir os dados diretamente – por constrangimento ou medo –, acabam acionando movimentos sociais para que eles solicitem os documentos em nome dos cidadãos. Com isso, tais movimentos foram os grandes usuários da Lei em seu primeiro ano de vida.

Uma dessas organizações foi a Transparência Hacker, da qual Daniela é representante. Na opinião dela, os órgãos públicos ainda resistem em fornecer os dados em formato aberto. Por outro lado, com a LAI, o cidadão também se torna responsável pela gestão pública, na medida em que pode exigir

providências ao tornar conhecimento de determinados problemas ou uso inadequado do dinheiro público.

Cruz, da CGU, afirmou que muitos dos problemas destacados pelos palestrantes já foram identificados pela Controladoria. Um deles, referente à falta de aderência de municípios às determinações da Lei, tende a ser solucionado com o Programa Brasil Transparente, que apoia os gestores na adoção das regras. Lançado em janeiro deste ano, o programa distribui material técnico para orientar sobre como aderir à lei, treina servidores públicos e disponibiliza o código fonte do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), utilizado para controlar e registrar os pedidos de acesso dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal ([www.cgu.gov.br/brasiltransparente](http://www.cgu.gov.br/brasiltransparente)).

Além disso, o evento abordou os impactos da LAI em órgãos da esfera federal, painel que contou com palestras de cinco especialistas, entre eles do ouvidor do Banco Central, Hélio Ferreira. O ouvidor ressaltou que a lei obrigou o BC a divulgar os votos que definem a taxa básica de juros na economia nacional, dado que antes era secreto. Por sua vez, o ouvidor-geral do Ministério da Fazenda Nacional, Carlos Augusto Araújo, disse que o grande impacto da LAI no ministério foi a publicação de pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a liberação do acesso a documentos de provas de concursos públicos. Por fim, o coordenador-geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, o ministro João Pedro Costa, afirmou que, com a lei, o Itamaraty reduziu o número de informações classificadas como sigilosas. ■

## PETROBRAS DÁ O EXEMPLO

Um dos órgãos federais que mais recebeu pedido de informações, conforme balanço da CGU, a Petrobras aponta como grande desafio às suas práticas de transparência o fato de atuar em um ambiente competitivo, tendo de proteger suas informações industriais que são sigilosas. De acordo com o ouvidor da empresa, Paulo Otto (foto), uma vez que não prejudiquem os acionistas, a governança e a competitividade, as informações devem ser sempre publicadas. “Nesse sentido, a transparência é a regra, e o sigilo, a exceção”, assegura. Na avaliação do ouvidor, a Lei contribui para consolidar a democracia no Brasil, conferindo importante instrumento de controle social aos cidadãos. “Além do controle, a Lei viabiliza a difusão do conhecimento sobre políticas públicas, permitindo ao cidadão participar dos processos de formulação dos programas e de tomadas de decisão”, avalia.



Foto: Jurema Senoz